

Cláusula 8.ª

Para efeitos de renovação desta colaboração, o Segundo Outorgante apresentará, dois meses antes de terminar o prazo de vigência inicial deste Acordo, um relatório sobre as atividades desenvolvidas no biéni.

Instituto Superior Técnico, em de de 20...

O Primeiro Outorgante

O Segundo Outorgante

Se aplicável:

O(s) responsável(is) pela(s) unidade(s) de acolhimento, abaixo assinado(s), expressam a sua concordância com os termos deste Acordo.

Presidente do Departamento de

Presidente da Unidade de Investigação (quando aplicável)

311429679

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

Reitoria

Regulamento n.º 393/2018

O regime da autonomia administrativa e financeira das instituições de ensino superior públicas que está constitucionalmente consagrado e foi desenvolvido pela Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, que estabelece o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, determina que as instituições de ensino superior públicas gozam de autonomia estatutária, pedagógica, científica, cultural, administrativa, financeira, patrimonial e disciplinar perante o Estado. As instituições de ensino superior públicas são pessoas coletivas de direito público, podendo, porém, revestir também a forma de fundações públicas com regime de direito privado, atento o disposto no n.º 1 do artigo 9.º do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior.

Neste enquadramento, e com fundamento na norma habilitante do artigo 129.º do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, a Universidade Nova de Lisboa foi instituída pelo Estado como fundação pública com regime de direito privado, como dispõe o n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 20/2017, de 21 de fevereiro.

As fundações regem-se pelo direito privado, nomeadamente no que respeita à sua gestão financeira, patrimonial e de pessoal, sem prejuízo da aplicação dos princípios constitucionais respeitantes à Administração Pública, nomeadamente a prossecução do interesse público, bem como os princípios da igualdade, da imparcialidade, da justiça e da proporcionalidade, tendo em conta o disposto no artigo 266.º da Constituição e nos números 1 e 2 do artigo 134.º do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, em conjugação com o n.º 1 do artigo 1.º do atrás citado diploma que instituiu a fundação.

Assim, e no âmbito da gestão de recursos humanos, a Universidade Nova de Lisboa pode definir o regime de carreiras próprias do seu pessoal investigador, “respeitando genericamente, quando apropriado, o paralelismo no elenco de categorias e habilitações académicas, em relação às que vigoram para o pessoal [...] investigador dos demais estabelecimentos de ensino superior público”, como determina o n.º 3 do artigo 134.º do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior. Isto, igualmente sem prejuízo de “promover a convergência dos respetivos regulamentos internos com os princípios subjacentes à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas e à legislação especial aplicável às respetivas carreiras”, como resulta do n.º 5 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 20/2017, de 21 de fevereiro.

Para tanto, e com fundamento nos n.ºs 4 e 5 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 20/2017, de 21 de fevereiro, é elaborado o presente Regulamento relativo às carreiras, ao recrutamento e aos contratos de trabalho de investigadores em regime de contrato de trabalho da Universidade Nova de Lisboa, com observância dos princípios subjacentes à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

Foi feita consulta pública pelo período de 30 dias úteis, nos termos do artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo e do n.º 3 do artigo 110.º do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, conforme demonstra a publicação do projeto de regulamento n.º 153/2018, objeto de publicação no *Diário da República*, n.º 50/2018, 2.ª série, de 12 de março. Foram ouvidas as associações sindicais.

Tendo obtido parecer favorável do Colégio de Diretores e ao abrigo do n.º 3 do artigo 134.º do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, dos n.ºs 4 e 5 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 20/2017, de 21 de fevereiro, e no exercício da competência prevista na alínea b) do n.º 1

do artigo 21.º dos Estatutos da Universidade Nova de Lisboa, publicados em anexo ao Despacho Normativo n.º 2/2017, de 11 de maio, aprovo o seguinte regulamento, bem como os respetivos anexos que dele fazem parte integrante.

12 de junho de 2018. — O Reitor, *Professor Doutor João Sàa-gua*.

Regulamento relativo às carreiras, ao recrutamento e aos contratos de trabalho de investigadores em regime de contrato de trabalho da Universidade Nova de Lisboa.

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Objeto e âmbito

1 — O presente regulamento cria as carreiras e define as regras relativas ao recrutamento e aos contratos de trabalho de investigadores em regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado ou a termo resolutivo da Universidade Nova de Lisboa ao abrigo do Código do Trabalho, adiante designados investigadores com regime de direito privado.

2 — O presente regulamento é aplicável a todos os serviços da Universidade Nova de Lisboa, bem como a todas as suas unidades orgânicas.

3 — O presente regulamento não prejudica a possibilidade de contratação de investigadores pela Universidade Nova de Lisboa através de outros instrumentos de recrutamento de recursos humanos para a investigação previstos em legislação especial que lhe seja aplicável, designadamente aqueles que nesse âmbito se encontram previstos no Decreto-Lei n.º 125/99, de 20 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 91/2005, de 3 de junho, e no Decreto-Lei n.º 57/2016, de 29 de agosto, alterado pela Lei n.º 57/2017, de 19 de julho.

Artigo 2.º

Regime

1 — O regime jurídico aplicável aos trabalhadores abrangidos por este regulamento é o constante do Código do Trabalho e respetiva legislação complementar, bem como do presente regulamento e de outros regulamentos que venham a ser aprovados pela Universidade Nova de Lisboa, sem prejuízo dos instrumentos de regulamentação coletiva que venham a ser adotados nos termos da lei.

2 — Aplica-se ainda o Estatuto da Carreira de Investigação Científica, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 124/99, de 20 de abril, alterado pela Lei n.º 157/99, de 14 de setembro, por remissão do presente regulamento.

3 — O regime de direito privado não prejudica a aplicação dos princípios constitucionais respeitantes à Administração Pública, nomeadamente a prossecução do interesse público, bem como os princípios da igualdade, da imparcialidade, da justiça e da proporcionalidade.

CAPÍTULO II

Carreira de investigação e investigadores especialmente contratados

Artigo 3.º

Carreiras e categorias dos investigadores em regime de direito privado

1 — Os investigadores em regime de direito privado exercem as suas funções integrados numa carreira que abrange as seguintes categorias:

- a) Investigador coordenador em regime de direito privado;
- b) Investigador principal em regime de direito privado;
- c) Investigador auxiliar em regime de direito privado.

2 — Às carreiras dos investigadores em regime de direito privado, respetivas categorias, conteúdo funcional e habilitações académicas exigíveis para cada categoria, são, com as adaptações estabelecidas no presente regulamento, aplicáveis os artigos 4.º e 5.º do Estatuto da Carreira de Investigação Científica.

3 — No conteúdo funcional das categorias das carreiras de investigadores em regime de direito privado inclui-se a prestação de serviço docente em termos a definir através de regulamento interno próprio.

Artigo 4.º

Investigadores especialmente contratados em regime de direito privado

1 — Para além das categorias a que se refere o artigo 3.º do presente regulamento, podem ser celebrados contratos a termo para investigadores especialmente contratados em regime de direito privado, com as seguintes categorias:

- a) Investigador convidado em regime de direito privado;
- b) Assistente de investigação em regime de direito privado;
- c) Estagiário de investigação em regime de direito privado.

2 — Às categorias, conteúdo funcional e habilitações académicas exigíveis para cada categoria de investigador especialmente contratado em regime de direito privado, são, com as adaptações estabelecidas no presente regulamento, aplicáveis os artigos 6.º a 8.º do Estatuto da Carreira de Investigação Científica.

3 — No conteúdo funcional das categorias de investigadores especialmente contratados em regime de direito privado inclui-se a prestação de serviço docente em termos a definir através de regulamento interno próprio.

Artigo 5.º

Mapa de pessoal

O número e a distribuição dos investigadores pelas respetivas categorias consta de mapa de pessoal investigador em regime de direito privado a aprovar pelo Conselho Geral da Universidade Nova de Lisboa, tendo em consideração o plano de atividades e orçamento anuais, salvaguardada em qualquer caso a existência de disponibilidade orçamental.

CAPÍTULO III

Formação do contrato de trabalho

SECÇÃO I

Disposições gerais

Artigo 6.º

Princípios gerais relativos ao recrutamento

A contratação de investigadores em regime de direito privado está subordinada aos seguintes princípios gerais:

- a) Adequado cumprimento das necessidades de recursos humanos previstas no plano de atividades da entidade contratante;
- b) Definição prévia do perfil funcional a contratar e do respetivo procedimento de recrutamento;
- c) Escolha dos critérios objetivos de seleção em função da categoria a prover;
- d) Liberdade de candidatura, garantia de igualdade de condições e oportunidades;
- e) Transparência e publicidade;
- f) Imparcialidade da comissão de seleção;
- g) Fundamentação das decisões de acordo com os parâmetros previstos na alínea c).

SECÇÃO II

Recrutamento de pessoal para a carreira de investigação

Artigo 7.º

Recrutamento de investigadores de carreira em regime de direito privado

O recrutamento de investigadores de carreira em regime de direito privado é feito, salvo o caso previsto no artigo 10.º:

- a) Nos termos do artigo 8.º, no caso de investigadores com vínculo de emprego público que exerçam funções por tempo indeterminado ou se encontrem no período experimental na Universidade Nova de Lisboa;
- b) Nos termos do procedimento descrito nos artigos 9.º em todos os outros casos.

Artigo 8.º

Recrutamento de investigadores com vínculo de emprego público que exerçam funções por tempo indeterminado na Universidade Nova de Lisboa

1 — Os investigadores com vínculo de emprego público que exerçam funções por tempo indeterminado ou se encontrem no período experimental na Universidade Nova de Lisboa podem optar a todo o tempo, a título definitivo, pelo regime do contrato de trabalho na mesma categoria.

2 — A opção definitiva pelo regime do contrato de trabalho é feita, individual e definitivamente, mediante acordo escrito com a Universidade Nova de Lisboa, tornando-se efetiva a cessação do vínculo à função pública com a sua publicação no *Diário da República*, data em que o contrato de trabalho a celebrar com a Universidade Nova de Lisboa passa a produzir efeitos.

3 — Os investigadores que optarem pelo regime do contrato de trabalho na pendência do período experimental do seu vínculo de emprego público devem cumprir o período de tempo remanescente do período experimental do contrato de trabalho em regime de direito privado.

4 — A alteração do vínculo contratual de investigadores com vínculo de emprego público que exerçam funções por tempo indeterminado na Universidade Nova de Lisboa, nos termos dos números anteriores, garante a manutenção da antiguidade do investigador.

5 — Os investigadores com vínculo de emprego público que exerçam funções por tempo indeterminado na Universidade Nova de Lisboa podem concorrer a procedimento de recrutamento de investigadores de carreira em regime de direito privado de categoria diferente daquela em que estão providos através do procedimento previsto no artigo seguinte.

Artigo 9.º

Recrutamento de outros investigadores para a carreira de investigação em regime de direito privado

1 — O recrutamento de outros investigadores em regime de direito privado é feito por procedimento de recrutamento externo, aberto a todos os potenciais candidatos que reúnam os requisitos previstos nos artigos 10.º a 12.º do Estatuto da Carreira de Investigação Científica.

2 — Aplicam-se ainda ao recrutamento de investigadores em regime de direito privado as normas constantes dos artigos 16.º, 18.º, 19.º, 20.º, n.ºs 1 e 2, 21.º a 23.º, 24.º, 26.º e 27.º do Estatuto da Carreira de Investigação Científica.

3 — O despacho de nomeação da comissão de seleção e o aviso de abertura do procedimento de recrutamento são publicados:

- a) Nos sítios internet e nos átrios da Universidade Nova de Lisboa ou das unidades orgânicas para que tenha sido aberto o procedimento de recrutamento, de onde também devem constar as referências às publicações das alíneas seguintes;
- b) Num meio de comunicação de expansão nacional, contendo apenas as informações gerais relativas ao procedimento de recrutamento, remetendo para os sítios internet da Universidade Nova de Lisboa ou das unidades orgânicas para que tenha sido aberto o procedimento de recrutamento; e
- c) Num meio de comunicação de expansão internacional, quando relevante.

4 — O prazo para apresentação de candidaturas é fixado no aviso de abertura do procedimento de recrutamento, não podendo ser inferior a 15 dias úteis contados da respetiva data de publicação no meio de comunicação referido na alínea b) do número anterior.

Artigo 10.º

Dispensa de procedimento de recrutamento

Em casos excecionais, mediante proposta do Diretor, um investigador de carreira pode ser promovido para a categoria imediatamente superior à sua sem se submeter ao procedimento descrito nos números anteriores se cumprir as seguintes condições cumulativas:

- a) Ter sido contratado pela Universidade Nova de Lisboa ou por uma das suas unidades orgânicas através de um procedimento de contratação concorrencial, em regime público ou privado;
- b) Ter obtido uma avaliação de desempenho superior a um nível definido para o efeito pelas unidades orgânicas em regulamento interno próprio durante pelo menos três anos consecutivos;
- c) A proposta deve ser instruída com o parecer de pelo menos dois peritos internacionais que a justifiquem; e
- d) Ser aprovado por maioria de dois terços dos membros do Conselho Científico em efetividade de funções.

SECÇÃO III

Do recrutamento dos investigadores especialmente contratados

Artigo 11.º

Recrutamento de investigadores convidados em regime de direito privado

O recrutamento de investigadores convidados em regime de direito privado é feito nos termos previstos no artigo 36.º do Estatuto da Carreira de Investigação Científica.

Artigo 12.º

Recrutamento de assistentes de investigação e de estagiários de investigação em regime de direito privado

1 — O recrutamento de assistentes de investigação e de estagiários de investigação em regime de direito privado é feito por procedimento de recrutamento a que podem ser opositores os potenciais candidatos que satisfaçam os requisitos previstos no n.º 1 do artigo 37.º do Estatuto da Carreira de Investigação Científica.

2 — A comissão de seleção é constituída por três membros a designar pelo Diretor da unidade orgânica de entre investigadores, professores ou doutores da área científica do procedimento de recrutamento.

3 — Ao procedimento de recrutamento previsto nos números anteriores são aplicáveis as normas previstas no artigo 8.º do presente regulamento, com as necessárias adaptações.

CAPÍTULO IV

Do contrato de trabalho de investigador em regime de direito privado

SECÇÃO I

Disposições gerais

Artigo 13.º

Direitos e deveres dos investigadores em regime de direito privado

1 — Salvo quanto àqueles que decorram do regime específico de direito público, aos investigadores em regime de direito privado são, com as especificidades constantes dos números seguintes, genericamente garantidos os direitos e exigido o cumprimento dos deveres que se encontram estabelecidos para o pessoal investigador em regime de contrato em funções públicas no Estatuto da Carreira de Investigação Científica.

2 — São aplicáveis aos investigadores em regime de direito privado as normas do Estatuto da Carreira de Investigação Científica relativas a férias, faltas, licenças e direitos de propriedade industrial.

3 — São aplicáveis aos investigadores em regime de direito privado as normas legais e regulamentares vigentes para o pessoal em regime de contrato em funções públicas em matéria de acumulações, incompatibilidades e impedimentos.

4 — O pessoal investigador em regime de direito privado tem direito às férias correspondentes às da Universidade Nova de Lisboa, sem prejuízo das tarefas que forem organizadas durante esse período pelos órgãos da Universidade ou das respetivas unidades orgânicas, e com salvaguarda do número de dias de férias atribuído pelo Código do Trabalho.

5 — O pessoal investigador em regime de direito privado pode ainda gozar das licenças previstas no Código do Trabalho.

6 — Considera-se incumprimento grave dos deveres do investigador o exercício de atividades de formação, de consultoria, de docência e ou de prestação de serviços de investigação ou conexos, em áreas e domínios que sejam concorrenciais com as atividades prosseguidas na Universidade Nova de Lisboa, bem como a participação, direta ou indireta, em instituições ou empresas com tal objeto, salvo se tiver sido previamente autorizada pelo Reitor, atenta a existência de um interesse institucional relevante para a Universidade.

7 — O Reitor pode delegar nos Diretores das unidades orgânicas a competência prevista no número anterior.

8 — Os investigadores em regime de direito privado beneficiam do regime de segurança social, bem como do regime jurídico de acidentes de trabalho e de doença profissional aplicáveis ao regime jurídico-laboral que em cada caso detenham.

Artigo 14.º

Regimes de prestação de serviço

1 — O pessoal investigador em regime de direito privado presta serviço numa das seguintes modalidades:

a) Regime de dedicação plena, que implica a renúncia ao exercício de qualquer função ou atividade remunerada, pública ou privada, incluindo o exercício de profissão liberal, aplicando-se as normas previstas no artigo 52.º do Estatuto da Carreira de Investigação Científica;

b) Regime de tempo completo, que corresponde à duração semanal do trabalho fixada em regulamento interno da unidade orgânica da Universidade Nova de Lisboa em que o serviço é prestado, compreendendo o exercício de todas as funções correspondentes à categoria em questão;

c) Regime de tempo parcial, em que o número total de horas de serviço semanal é contratualmente fixado, tendo em conta a percentagem do tempo completo da contratação em causa.

2 — Para efeitos de aferição do respeito pelas obrigações decorrentes da alínea a) do n.º 1 do presente artigo, os investigadores têm o dever de comunicar anualmente à Universidade Nova de Lisboa todas as outras atividades remuneradas que tenham exercido.

3 — A violação das regras relativas à dedicação plena implica a reposição integral dos montantes recebidos correspondentes à diferença entre os regimes de tempo completo e de dedicação plena, para além de responsabilidade disciplinar.

4 — A manutenção do regime de dedicação plena depende do desempenho do investigador, aferido pela avaliação de desempenho em termos a definir em regulamento interno próprio.

5 — Os investigadores de carreira em regime de direito privado, bem como os assistentes de investigação em regime de direito privado exercem as suas funções em regime de dedicação plena ou em regime de tempo completo, consoante for contratualmente definido.

6 — Os investigadores de carreira em regime de direito privado e os assistentes de investigação em regime de direito privado podem requerer a passagem de um para outro dos regimes referidos no número anterior, sendo necessário que permaneçam pelo menos um ano no regime para o qual transitam.

7 — Os estagiários de investigação em regime de direito privado exercem as suas funções em regime de dedicação plena.

8 — Os investigadores especialmente contratados em regime de direito privado podem exercer as suas funções em regime de tempo parcial.

Artigo 15.º

Retribuição

1 — As diferentes categorias de investigadores de carreira e de investigadores especialmente contratados em regime de direito privado encontram-se estruturadas em distintas posições retributivas que constam no anexo I ao presente regulamento e que dele faz parte integrante.

2 — A tabela retributiva única consta no anexo II ao presente regulamento, que dele faz parte integrante.

3 — O posicionamento inicial do investigador em regime de direito privado numa das posições retributivas da categoria é objeto de negociação com o empregador, de acordo com o perfil e a experiência do investigador.

4 — A retribuição dos assistentes convidados em regime de direito privado depende da categoria da carreira a que forem equiparados.

5 — A retribuição dos investigadores especialmente contratados em regime de direito privado em tempo parcial é calculada a partir da percentagem do tempo completo da contratação em causa.

6 — As mudanças de posição retributiva, dentro da mesma categoria, regem-se por regulamento interno próprio e baseiam-se na avaliação de desempenho.

7 — A retribuição dos investigadores pode ser majorada com fundos provenientes de projetos ou de financiamentos específicos atribuídos por outras instituições.

Artigo 16.º

Avaliação de desempenho

1 — O sistema de avaliação de desempenho é aprovado por regulamento interno próprio.

2 — A obtenção de um nível de avaliação de desempenho definido para o efeito pelas unidades orgânicas em regulamento interno próprio é condição indispensável para:

a) A contratação por tempo indeterminado de investigadores de carreira em regime de direito privado findo o período experimental a que estejam sujeitos;

b) A renovação de contratos a termo de investigadores especialmente contratados em regime de direito privado;

c) A manutenção do regime de dedicação plena;

d) A mudança da posição retributiva do investigador.

SECÇÃO II

Do contrato de trabalho dos investigadores de carreira em regime de direito privado

Artigo 17.º

Período experimental

Os investigadores auxiliares em regime de direito privado, os investigadores principais em regime de direito privado recrutados nos termos do n.º 1 do artigo 8.º do presente regulamento e os investigadores-coordenadores em regime de direito privado recrutados nos termos da mesma norma têm um período experimental de três anos, que termina mediante o parecer favorável a que se refere o artigo 39.º do Estatuto da Carreira de Investigação Científica, e desde que tenha avaliação de desempenho superior a um nível definido para o efeito pelas unidades orgânicas nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo anterior, com os efeitos previstos nos artigos 40.º e 41.º do mesmo diploma.

Artigo 18.º

Dispensa de prestação de serviço dos investigadores de carreira

1 — Os investigadores de carreira em regime de direito privado podem requerer dispensa de serviço nos termos previstos no artigo 54.º do Estatuto da Carreira de Investigação Científica.

2 — Uma vez terminada a dispensa de prestação de serviço a que se refere o número anterior, o investigador contrai a obrigação de, no prazo máximo de noventa dias, apresentar ao Conselho Científico da unidade orgânica em que preste serviço os resultados do seu trabalho, sob pena de, quando assim o não faça, vir a ser compelido a repor as quantias correspondentes às remunerações auferidas durante aqueles períodos.

3 — O órgão competente da unidade orgânica em que o beneficiário da dispensa preste serviço deve promover a apreciação do relatório apresentado, devendo esta apreciação ser tomada em consideração em futuros requerimentos de dispensa de prestação de serviço apresentados pelo mesmo investigador.

4 — Os beneficiários de dispensa de prestação de serviço ficam impedidos de denunciar o contrato de trabalho durante o ano subsequente ao da licença.

SECÇÃO III

Do contrato de trabalho dos investigadores especialmente contratados em regime de direito privado

Artigo 19.º

Duração dos contratos dos investigadores especialmente contratados

1 — Os investigadores especialmente contratados em regime de direito privado são contratados a termo certo ou incerto, sendo os seus contratos renováveis nos termos da lei.

2 — A renovação dos contratos dos investigadores especialmente contratados em regime de direito privado é feita nos termos dos n.ºs 4 e 5 do artigo 44.º do Estatuto da Carreira de Investigação Científica, e desde que tenham avaliação de desempenho superior a um nível definido para o efeito pelas unidades orgânicas em regulamento interno próprio nos termos do n.º 2 do artigo 16.º do presente regulamento.

CAPÍTULO V

Disposições finais e transitórias

Artigo 20.º

Transição para as novas carreiras

1 — Os investigadores com vínculo de emprego público que exerçam funções por tempo indeterminado na Universidade Nova de Lisboa mantêm o seu estatuto de origem, considerando-se para o efeito automaticamente criado o número necessário de lugares no respetivo mapa de pessoal para as carreiras e categorias existentes daquele regime de pessoal, a extinguir à medida que vagarem, da base para o topo.

2 — Em caso de mobilidade do investigador com vínculo de emprego público, o respetivo lugar no mapa de pessoal extingue-se apenas no caso de consolidação da mobilidade.

Artigo 21.º

Remissões

As remissões para o Estatuto da Carreira de Investigação Científica são estáticas, não abrangendo por isso as alterações supervenientes em relação às matérias objeto de remissão.

Artigo 22.º

Regulamentos internos

Os regulamentos internos previstos no presente regulamento devem ser aprovados no prazo de seis meses da entrada em vigor do presente regulamento.

Artigo 23.º

Dúvidas e casos omissos

Os casos omissos e as dúvidas de interpretação do presente regulamento são resolvidos por despacho do Reitor.

Artigo 24.º

Entrada em vigor

O presente regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação no *Diário da República*.

12 de junho de 2018. — O Reitor, *João de Deus Sàágua*.

ANEXO I

Posições retributivas das categorias de investigadores em regime em regime de direito privado

Categoria	Regime de tempo	Posições retributivas							
		1.ª	2.ª	3.ª	4.ª	5.ª	6.ª	7.ª	8.ª
		Níveis retributivos da tabela única							
Investigador Coordenador em regime de direito privado.	Dedicação plena	83A	88A	91A	97A	100A	103A	106A	110A
	Tempo completo	53A	56A	58A	62A	64A	67A	68A	71A
Investigador Principal com habilitação ou agrgação em regime de direito privado.	Dedicação plena	70A	73A	76A	83A	86A	89A	92A	95A
	Tempo completo	44A	46A	48A	53A	55A	58A	61A	63A

Categoria	Regime de tempo	Posições retributivas							
		1.ª	2.ª	3.ª	4.ª	5.ª	6.ª	7.ª	8.ª
		Níveis retributivos da tabela única							
Investigador Principal em regime de direito privado. Investigador Auxiliar com habilitação ou agregação em regime de direito privado.	Dedicação plena.	62A	65A	72A	75A	78A	81A	84A	87A
	Tempo completo.	39A	41A	46A	48A	50A	52A	53A	55A
Investigador Auxiliar em regime de direito privado.	Dedicação plena.	54A	59A	65A	70A	72A	74A	77A	80A
	Tempo completo.	33A	37A	41A	44A	46A	48A	50A	52A
Assistente de investigação em regime de direito privado.	Dedicação plena.	36A	38A	41A	43A	45A	48A		
	Tempo completo.	21A	23A	25A	27A	29A	30A		
Estagiário de investigação em regime de direito privado.	Dedicação plena.	23A	26A	29A	32A				

ANEXO II

Tabela retributiva única

Nível	Retribuição	Nível	Retribuição
1A.	RMMG	45A.	2 746,24
2A.	RMMG	46A.	2 797,73
3A.	583,58	47A.	2 849,22
4A.	635,07	48A.	2 900,72
5A.	683,13	49A.	2 952,21
6A.	738,05	50A.	3 003,70
7A.	789,54	51A.	3 055,19
8A.	837,60	52A.	3 106,68
9A.	892,53	53A.	3 158,18
10A.	944,02	54A.	3 209,67
11A.	995,51	55A.	3 261,16
12A.	1 047,00	56A.	3 312,65
13A.	1 098,50	57A.	3 364,14
14A.	1 149,99	58A.	3 415,64
15A.	1 201,48	59A.	3 467,13
16A.	1 252,97	60A.	3 518,62
17A.	1 304,46	61A.	3 570,11
18A.	1 355,96	62A.	3 621,60
19A.	1 407,45	63A.	3 673,10
20A.	1 458,94	64A.	3 724,59
21A.	1 510,43	65A.	3 776,08
22A.	1 561,92	66A.	3 827,57
23A.	1 613,42	67A.	3 879,06
24A.	1 664,91	68A.	3 930,56
25A.	1 716,40	69A.	3 982,05
26A.	1 767,89	70A.	4 033,54
27A.	1 819,38	71A.	4 085,03
28A.	1 870,88	72A.	4 136,52
29A.	1 922,37	73A.	4 188,02
30A.	1 973,86	74A.	4 239,51
31A.	2 025,35	75A.	4 291,00
32A.	2 076,84	76A.	4 342,49
33A.	2 128,34	77A.	4 393,98
34A.	2 179,83	78A.	4 445,48
35A.	2 231,32	79A.	4 496,97
36A.	2 282,81	80A.	4 548,46
37A.	2 334,30	81A.	4 599,95
38A.	2 385,80	82A.	4 651,44
39A.	2 437,29	83A.	4 702,94
40A.	2 488,78	84A.	4 754,43
41A.	2 540,27	85A.	4 805,92
42A.	2 591,76	86A.	4 857,41
43A.	2 643,26	87A.	4 908,90
44A.	2 694,75	88A.	4 960,40
		89A.	5 011,89
		90A.	5 063,38
		91A.	5 114,87

Nível	Retribuição
92A.	5 166,36
93A.	5 217,86
94A.	5 269,35
95A.	5 320,84
96A.	5 372,33

311429516

Faculdade de Ciências Médicas

Aviso n.º 8812/2018

Procedimento concursal de seleção internacional para a contratação de um Doutoramento ao abrigo do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 57/2016, de 29 de agosto, alterado pela Lei n.º 57/2017, de 19 de julho.

1 — Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 11.º, do Decreto-Lei n.º 57/2016, de 29 de agosto, torna-se público que por despacho reitoral de 10 de abril de 2018 foi autorizada a abertura de um procedimento concursal de seleção internacional para o preenchimento de um lugar de Doutoramento para o exercício de atividades de investigação científica financiadas por fundos nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, em regime de contrato de trabalho a termo incerto, ao abrigo do Código do Trabalho, na Universidade Nova de Lisboa — Nova Medical School|Faculdade de Ciências Médicas.

2 — O procedimento concursal é aberto ao abrigo do n.º 1 do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 57/2016, de 29 de agosto alterado pela Lei n.º 57/2017, de 19 de junho, para o desempenho das funções realizadas por bolsiros doutorados que cumpram os requisitos de elegibilidade, com o seguinte enquadramento e requisitos de candidatura:

3 — Enquadramento:

a) A decisão de abertura do procedimento concursal é suscitada pelo facto de a Doutora Fátima Patrícia da Costa Oliveira Martins executar funções de pós-doutorada, com bolsa iNOVA4Health com a referência DAI/2016/04 preenchendo as condições constantes do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 57/2016, de 29 de agosto, alterado pela Lei n.º 57/2017 de 19 de junho.

b) Tendo em conta que a causa legal da decisão de abertura do concurso é o exercício de atividades de investigação científica pela Senhora Doutora Fátima Patrícia da Costa Oliveira Martins nos termos do mencionado preceito normativo, a decisão de abertura do concurso fica sem qualquer efeito caso a Senhora Doutora Fátima Patrícia da Costa Oliveira Martins não apresente candidatura.

c) A execução do contrato de trabalho a termo resolutivo incerto celebrado na sequência do procedimento concursal depende da prévia celebração e aplicação do contrato de desenvolvimento entre a Nova Medical School|Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa e a Fundação para a Ciência e a Tecnologia, habilitando o financiamento e o correspondente cabimento orçamental.

4 — Requisitos gerais da candidatura:

a) Pessoas nacionais, estrangeiras e apátridas, titulares de grau de Doutor em Ciências da Vida, Biomedicina ou similares;

b) Detentores (as) de um currículo científico e profissional que revele um perfil adequado à atividade a desenvolver.

Caso o doutoramento tenha sido conferido por instituição de ensino superior estrangeira, tem de respeitar o estabelecido no Decreto-Lei n.º 341/2007, de 12 de outubro, devendo o cumprimento de quaisquer formalidades aí estabelecidas ocorrer até à data do termo do prazo para a candidatura.

5 — Requisitos específicos da candidatura:

a) Doutoramento na área de Biomedicina;

b) Experiência de investigação mínima de 3 anos, após o doutoramento, na área de Diabetes e Doenças Metabólicas;

c) Experiência comprovada com publicações científicas na área referida no ponto b);

d) Experiência nas técnicas de: implementação e gestão de colónias (breeding) de roedores, genotipagem e análise fenotípica, nomeadamente técnicas de avaliação in vivo do metabolismo da glucose e insulina; técnicas de espectroscopia avançada como ressonância magnética nuclear; técnicas de biologia molecular tais como western blot, RTPCR, extração

e quantificação de lípidos hepáticos, ELISA e atividades enzimáticas hepáticas.

e) Participação em projetos de investigação com financiamento externo;

f) Experiência de participação em atividades de desenvolvimento de aplicações clínicas derivadas de resultados provenientes da atividade científica;

g) Bons conhecimentos de Língua Inglesa.

6 — Funções a desempenhar:

a) Realização de atividades de investigação científica nas áreas acima indicadas e afins;

b) Captação de financiamento externo;

c) Coordenação de projetos nacionais e internacionais;

d) Implementação de colónias de animais com dietas específicas: esquema de breeding, gestão do número de animais necessários para cada protocolo;

e) Caracterização detalhada do fenótipo associado a cada condição experimental com realização de testes in vivo (ITT, OGTT e similares);

f) Translação dos resultados em modelos animais para possíveis aplicações em humanos;

g) Participação na vida do instituto, nomeadamente nas atividades de divulgação de ciência.

7 — Contratação:

A contratação é efetuada através de contrato de trabalho a termo resolutivo incerto nos termos do Código de Trabalho, como Doutoramento, sendo remunerado de acordo com o nível remuneratório 33 da tabela remuneratória única (TRU), nos termos do artigo 5.º do Decreto Regulamentar n.º 11-A/2017, de 29 de dezembro.

8 — Local de trabalho:

O local de trabalho situa-se nas instalações do Centro de Estudos de Doenças Crónicas (CEDOC), UNL — NMS|FCM, Rua Câmara Pestana n.º 6, 1150-082 Lisboa.

9 — Documentos que devem instruir a candidatura:

i) Carta de motivação;

ii) Plano de investigação futura;

iii) *Curriculum vitae* detalhado, datado e assinado, onde constem, nomeadamente, as funções que exerce e as que desempenhou anteriormente com indicação dos correspondentes períodos;

iv) Cópia de certificado ou diploma;

v) Outros documentos relevantes para a apreciação do perfil adequado à atividade a desenvolver.

10 — Métodos de seleção e definição das respetivas ponderações:

a) A avaliação curricular é expressa numa escala numérica de 0 a 20 e terá em conta os elementos i), ii) e iii) definidos acima, com a seguinte ponderação: a) carta de motivação (10 %); b) plano de investigação futuro (40 %), c) *Curriculum vitae* detalhado (50 %).

b) Caso o júri considere necessário, os três candidatos melhor posicionados serão chamados a entrevista individual. Neste caso, a avaliação curricular terá ponderação de 60 % e a entrevista terá ponderação de 40 %.

c) A classificação final de cada candidato é obtida pela soma das pontuações do júri divididas pelo número de elementos do júri.

d) No caso de não haver entrevista, a classificação final será igual à classificação obtida na avaliação curricular.

e) Em caso de empate, a decisão de desempate caberá ao presidente do júri.

f) Nos termos do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro, candidatos com deficiência têm preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal. Os candidatos devem declarar na carta de motivação, sob compromisso de honra, o respetivo grau de incapacidade, o tipo de deficiência e os meios de comunicação/expressão a utilizar no processo de seleção.

11 — Em conformidade com o artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 57/2016, de 29 de agosto, o Júri tem a seguinte composição:

Presidente do Júri: Doutora Sílvia Conde, Professora Auxiliar, NOVA Medical School|Faculdade de Ciências Médicas da Universidade NOVA de Lisboa;

1.º vogal efetivo: Doutora Maria Guarino, Professora Auxiliar, Instituto Politécnico de Leiria;

2.º vogal efetivo: Doutora Sofia Pereira, Professora Auxiliar, NOVA Medical School|Faculdade de Ciências Médicas da Universidade NOVA de Lisboa;

1.º vogal suplente: Doutor Rui Pinto, Professor Auxiliar, Instituto Politécnico de Leiria;